

Programa de Governo

PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

13

TADEU VENERI, CANDIDATO A PREFEITO
NASSER AHMAD ALLAN, CANDIDATO A VICE-PREFEITO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016

COORDENADOR-GERAL DA CAMPANHA: NATALINO BASTOS, PRESIDENTE
DO PT MUNICIPAL

CURITIBA, AGOSTO DE 2016

Este documento é resultado de elaboração coletiva. Esta versão está aberta ao debate público, podendo ser revista, modificada ou ampliada.

PROGRAMA DE GOVERNO

A candidatura de Tadeu Veneri pelo Partido dos Trabalhadores à prefeitura de Curitiba tem o compromisso de assegurar que as políticas sociais, os serviços públicos e as ações da prefeitura efetivem a proteção social e a promoção humana. Para isso, empreenderá todos os esforços na formação dos cidadãos, como meio de superar a exploração, a opressão e a discriminação, buscando assim construir uma sociedade justa, solidária, humanista e de paz. As condições básicas de vida e o acesso aos bens culturais serão garantidos a todos os cidadãos, visando a uma existência humana plena.

A proteção social é expressão, principalmente, das políticas públicas de saúde, de educação, de segurança, de assistência social; dos programas de geração de trabalho, emprego e renda; de proteção ambiental, de transporte, saneamento e de segurança alimentar.

A promoção humana é concebida como a articulação de uma rede equilibrada de políticas públicas, integrando a prestação de serviços como educação, qualificação profissional, lazer, esportes, manifestações artísticas e culturais. Propomos ações afirmativas para a vida saudável, desenvolvimento econômico sustentável, com respeito à diversidade humana e social, e a superação de opressões, explorações e discriminações de origem étnica, de gênero, de orientação sexual, de religião, de necessidades especiais e de condição social.

A proposta de Tadeu Veneri para Curitiba viabilizará os serviços públicos e políticas sociais integradas a um projeto mais amplo de desenvolvimento humano, econômico e social, atendendo prioritariamente aos segmentos populacionais que mais precisam do poder público.

O papel da prefeitura será, portanto, o de provedora de condições básicas de vida, de construção da cidadania fundamentada em uma cultura baseada nos valores do humanismo, do bem comum e da tradição democrática.

Para que isso seja alcançado, a marca de Tadeu Veneri na prefeitura de Curitiba será a mesma de seus quatro mandatos como deputado estadual e de seus dois mandatos como vereador: simplicidade, transparência, ética e coragem. Simplicidade para encontrar as soluções mais adequadas para fazer de Curitiba uma cidade melhor a toda a população; transparência e ética na administração do

bem público; coragem para enfrentar os interesses de poderosos monopólios que se consideram donos da cidade e para tomar as decisões necessárias em favor de quem mais precisa. Tudo isso para que Curitiba se transforme em uma cidade plural e passe a pertencer, de fato e de direito, a todos que aqui vivem, e não somente a um pequeno grupo privilegiado.

Quando falamos em desafiar o poder dominante, não nos referimos à coragem no sentido da bravata, mas no de saber enfrentar dificuldades e nos dispormos a superá-las. Afinal, só vamos conseguir avançar mais quando os interesses da maioria forem mais respeitados do que os dos grupos historicamente dominantes na cidade.

Fazer frente a tais interesses é o passo necessário para criar as condições históricas, materiais e políticas para posicionar Curitiba na vanguarda. A cidade só terá sentido quando for transformada em um ambiente onde sempre se busque o bem comum. O que quer que façamos dentro de um processo coletivo somente vai ser bom se atender às demandas da maioria da população.

Cabe ao Estado gerir não apenas as finanças, mas também o espaço urbano, de modo a garantir que as pessoas possam dar vazão ao que têm de melhor. Uma cidade, uma administração ou uma sociedade pode se considerar exitosa quando possibilita que, mesmo com divergências e contradições, a população tenha um padrão de vida melhor e assim se encontre em condições de desenvolver suas potencialidades. Para que isso aconteça, porém, existe uma necessidade de maior investimento no ser humano, além daquilo que já se investe na estrutura. Deste modo, é preciso desenvolver questões relacionadas à educação, à saúde, ao meio ambiente, ao transporte, assim como à arte, à música, às tecnologias, estabelecendo as bases para que as pessoas desenvolvam suas vidas.

Queremos mostrar que as coisas não são imutáveis. Elas podem, e devem, ser alteradas.

Registra-se neste documento uma síntese de propostas elaboradas para a cidade a várias mãos, na vivência generosa do exercício da democracia para a construção da primeira etapa do trabalho da elaboração de um plano de governo, exposto à população de Curitiba para o debate de uma candidatura que, mais do que um nome, apresenta concepções e um projeto de sociedade que se almeja transformar.

Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma conquista sem precedentes para todas as pessoas que vivem em nosso país, obtida pela luta de incansáveis defensores da universalização do atendimento à saúde, desde os precursores do movimento da reforma sanitária no Brasil, que concebeu a saúde como um bem público.

Inserido no campo legal desde a Constituição de 1988 como direito de cidadania, o direito à saúde e o fortalecimento do SUS é defendido neste plano de governo pela sua indiscutível relevância como instrumento de supressão de desigualdades sociais.

No contexto de fragilidades que ameaçam o curso democrático do estado brasileiro e, por consequência, as políticas públicas fundamentais, dentre as quais a saúde pública, Curitiba assiste à precarização do SUS refletida na restrição do acesso à saúde materializada na escassez da oferta de serviços frente às demandas manifestas da população que requer atendimento.

A política de gestão da saúde para Curitiba precisa enfrentar estas dificuldades conjugando ações entre vários setores da administração tendo como princípios a gestão democrática que fortalece o controle social e privilegia instrumentos de efetivação da transparência no gerenciamento das ações e controle dos recursos.

O desafio assumido se estende à superação da precarização do trabalho no SUS, rediscutindo os processos de trabalho e o dimensionamento de equipes, com a participação dos trabalhadores na gestão e na efetivação de práticas de educação permanente e cuidados com a saúde do trabalhador. O que tem que ser feito?

- Repensar os protocolos de atendimento à saúde para assegurar a universalização com qualidade;
- Expandir a oferta de consultas, exames e procedimentos com médicos especialistas;
- Ampliação do quadro de funcionários da saúde mediante realização de concurso;
- Garantir o pleno funcionamento das unidades e buscar a expansão do sistema visando à universalização do atendimento;
- Fomentar a formação e a qualificação dos profissionais de saúde por meio da escola de formação na saúde;
- Fortalecer e dar efetividade à mesa de negociação do SUS, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos profissionais da saúde.

Educação

No processo de construção coletiva para apresentar propostas para a execução de uma política pública de educação é imprescindível resgatar a trajetória e o acúmulo construídos pelos movimentos sociais e o reconhecimento dos muitos esforços de articulação e elaboração teóricos e práticos já consolidados no acervo do fórum de defesa da escola pública gratuita e universal, emancipadora e plural.

Com essas referências e pela gravidade do momento histórico que presenciamos, reafirmamos nossa convicção na educação como bem público, direito de cidadania e instrumento de superação de desigualdades sociais.

Por sua relevância, o tema exige compromisso de todas as esferas nas necessárias democratização e universalização do acesso e garantias de instrumentais de gestão democrática com controle social efetivo em todos os espaços educativos geridos pelo município.

É tarefa preponderante da gestão consolidar um sistema municipal de educação que se integre à vida cotidiana da cidade, ancorado nas vivências culturais locais, compondo saberes com o conhecimento universal acumulado, e que respeite e acolha as diversidades étnicas, culturais e de gênero. A partir desta compreensão, acrescentamos a necessária ampliação e visibilidade da atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e do Conselho de Alimentação Escolar, como instrumentos de valorosa participação cidadã e responsabilidade solidária na condução de todo o processo de gestão dos recursos e tomada de decisão para efetivar a qualidade dos serviços prestados. O que tem que ser feito?

- Assegurar a destinação de 30% do orçamento municipal à educação;
- Valorizar o trabalhador da educação;
- Promover a formação continuada dos profissionais da educação;
- Assegurar a gestão democrática dos espaços de educação por meio do fortalecimento da comunidade no debate e na aplicação do projeto político-pedagógico.
- Fortalecer os fóruns de discussão com a comunidade, como o Conselho Municipal de Educação, o Conselho do Fundeb e o Conselho de Alimentação Escolar;
- Promover um projeto de ensino emancipador, plural e democrático;
- Garantir o pleno funcionamento das unidades escolares e buscar a expansão do sistema visando à universalização do ensino público.

Transporte e Mobilidade Urbana

Antes referência nacional no transporte coletivo de alta qualidade, o serviço prestado atualmente em Curitiba não é nem sombra daquilo que um dia foi. O modelo tornou-se obsoleto diante da expansão da cidade, levando muitos curitibanos a optarem pelo transporte individual, sobrecarregando o trânsito por toda a capital e seus arredores e aumentando consideravelmente as emissões de dióxido de carbono.

Os usuários do transporte coletivo, enquanto isso, pagam preços de primeiro mundo por um serviço precário, desintegrado e problemático, com veículos velhos e pontos cegos na rede. Para reverter essa situação, nós propomos que Curitiba se torne uma cidade multimodal em transporte e mobilidade urbana. O que tem que ser feito?

- Rever o modelo de contratação do serviço buscando reduzir o valor das tarifas;
- Reintegrar financeiramente o sistema metropolitano de ônibus;
- Integrar os diferentes modais de transporte;
- Instituir mecanismos eficientes de cobrança e fiscalização do recolhimento de ISS pelos estacionamentos privados, destinando os recursos arrecadados ao Fundo Municipal de Transporte;
- Viabilizar a construção de trincheiras na Linha Verde;
- Dar prioridade à implantação do projeto do carro elétrico;
- Tornar estações e terminais autossustentáveis por meio da instalação de células de energia fotovoltaica;
- Implementação de espaços de convivência nas estações e terminais de ônibus;
- Instalação de banheiros públicos gratuitos nas estações e terminais de ônibus;
- Criar um bilhete único que permita ao usuário pagar apenas uma passagem fora dos tubos, mesmo que tenha embarcar em dois ou mais coletivos ao longo de seu trajeto;
- Usar os recursos da publicidade nos ônibus da cidade para financiar o passe livre a estudantes e setores vulneráveis da sociedade;
- Construção de ciclovias regionais;
- Construir áreas de estacionamento e bicicletários com base em uma ampla pesquisa origem-destino para estimular e tornar mais confortável e prática a utilização de múltiplos modais de deslocamento pelos curitibanos;
- Debater com a sociedade a regulamentação e a implementação de novas formas de transporte, como o licenciamento de vãs e mototaxis e aplicativos como o Uber, entre outros.

Habitação

Mais de 60 mil famílias vivem em mais de 380 áreas irregulares em Curitiba. Somente na CIC são 30 mil pessoas nessas condições. A fila da Cohab passa de 70 mil inscritos. Ocupações têm dificuldades de acesso à rede de água e esgoto, transformando o problema habitacional e social em uma questão ambiental e também de direitos humanos.

Não falta espaço em Curitiba. O que falta em Curitiba é o ordenamento do espaço urbano, com justiça social, em contraponto à retenção especulativa de imóveis.

O planejamento urbano de Curitiba precisa contemplar as necessidades habitacionais e de bem-estar de sua população e dispor de instrumentos que impeçam a retenção especulativa de imóveis.

Uma cidade que se pretende inovadora não pode ser construída apenas em torno de projetos e intervenções pontuais. Ela deve inovar nas políticas de redução da pobreza e portanto no acesso das famílias de baixa renda aos bairros com melhor qualidade de urbanização. É necessário também ampliar a oferta de moradia digna para os mais pobres por meio de uma política consistente de aluguel social.

A regularização fundiária precisa ir além das ocupações à beira de rios e córregos. A meta deve ser garantir moradia digna para todas as famílias em situação precária.

A garantia de um processo contínuo de regularização passa por constituir um grupo permanente de gestores públicos que trabalhem a regularização projeto a projeto, de forma plena e com amplo diálogo com os moradores, para produção de um plano legítimo.

É fundamental repensar a cidade para as pessoas. Curitiba é uma das poucas cidades que não utilizam mecanismos presentes no Estatuto das Cidades, como as zonas especiais de interesse social.

Também se faz necessário um contraponto ao descaso da administração atual com a habitação de interesse social. É equivocado, por exemplo, falar em habitação de interesse social tendo apenas R\$ 2 milhões destinados a este fim no orçamento de Curitiba. O que tem que ser feito?

- Garantir um processo contínuo de regularização fundiária;
- Debater projeto a projeto a regularização fundiária, de forma plena e com amplo diálogo com os moradores;
- Rever o papel da Cohab;
- Garantir uma política habitacional que priorize a instalação de famílias de baixa renda em bairros urbanizados com infraestrutura de serviços públicos;
- Instituir uma política habitacional de utilização dos imóveis ociosos;
- Investir na habitação de interesse social;

- Garantir uma política de aluguel social que atenda às necessidades de quem precise;
- Estabelecer IPTU progressivo a imóveis e terrenos desocupados ou baldios.

Planejamento Urbano e Gestão Metropolitana

Nas últimas décadas, as políticas públicas adotadas para a cidade de Curitiba privilegiaram seu desenvolvimento em detrimento dos demais municípios da Região Metropolitana. Os problemas comuns aos grandes centros urbanos não foram enfrentados, e sim deslocados para o entorno de Curitiba, na tentativa de impedir sua percepção pela população.

A cidade cresceu. Os substanciais recursos públicos municipais gastos em mídia e propaganda não conseguem mais mascarar a realidade e os problemas cotidianos da cidade de Curitiba e da Região Metropolitana. Há gritantes deficiências no saneamento básico, no sistema de transporte, na educação, na saúde, na segurança pública, nas moradias etc.

Pensar em soluções para as mazelas da cidade significa enxergar além dos seus limites territoriais, sendo fundamental a articulação e coordenação de políticas públicas juntamente com os demais municípios da Região Metropolitana. Conceber o desenvolvimento econômico, cultural, social e humano de Curitiba é projetá-lo para além de suas fronteiras. O que tem que ser feito?

- Revitalizar a área central da cidade garantindo sua transformação em espaço de convivência, mesclando aspectos habitacionais, culturais e sociais;
- Ampliação dos quadros de servidores e técnicos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) mediante concurso público;
- Assegurar que o Ippuc desempenhe seu papel de formulador do planejamento estratégico da cidade;
- Garantir que projetos arquitetônicos de maior porte sejam selecionados mediante concurso e consulta pública;
- Investir na preservação dos patrimônios histórico, cultural e arquitetônico da cidade;
- Desenvolver programações culturais e de eventos que estimulem a circulação de pessoas pela cidade;
- Preservar o crescimento ordenado de Curitiba e respeitar a história de cada bairro e região, promovendo inclusão social, qualificação urbana e ampliação do acesso à cidade e à administração pública.

Transparência, Participação Social e Gestão Pública

Uma administração democrática e popular apresenta a perspectiva de mudança radical no modelo de gestão da cidade e tem o potencial de estabelecer um salto de qualidade tanto na administração quanto no envolvimento da população nas decisões relativas ao destino da cidade.

Para tanto, é essencial a participação da sociedade na elaboração do orçamento municipal em sistema de cogestão. O orçamento participativo permite a implementação de um processo dinâmico de planejamento capaz de ajustar-se periodicamente às necessidades locais, buscando sempre um formato facilitador do debate entre o governo municipal e a população. A adoção de tal processo de construção do orçamento permitirá aos curitibanos observarem não apenas melhorias pela cidade, mas também participarem da construção de políticas públicas que priorizem o diálogo, o respeito e a solidariedade, além do planejamento do território e de suas comunidades.

Ao mesmo tempo, o Brasil consolidou-se nas últimas décadas na vanguarda das políticas de participação social por meio de uma ruptura de paradigma, com a inclusão de milhares de pessoas nos processos de decisão política através de Consultas e Conferências Públicas.

A Política Nacional de Participação Social se apresenta como uma grande oportunidade para consolidarmos o Estado como indutor da política feita pelos cidadãos e cidadãs, sendo que Curitiba pode caminhar neste sentido. Neste cenário, o aprofundamento da transparência na administração é fundamental para engajar a participação social. O que tem que ser feito?

- Estabelecer um processo participativo de elaboração do orçamento municipal;
- Garantir que a participação popular e cidadã venha acompanhada de mecanismos de controle social, ou seja, do monitoramento, pela sociedade, dos processos políticos, administrativos e financeiros da gestão pública municipal;
- Acesso explícito e inteligível às informações necessárias durante todo o processo da gestão e das políticas públicas;
- Fomentar a construção de ambientes e metodologias livres de participação social na Internet;
- Aprimorar os serviços públicos online de forma a facilitar o acesso e trabalhar na lógica centrada no cidadão e não na estrutura da administração pública;
- Compreender a participação popular e cidadã como conquistas inderrogáveis e como promotora do diálogo com os movimentos sociais e com os demais setores da sociedade civil organizada;
- Constituição de um Conselho Municipal de Comunicação, para formulação,

- implementação, fiscalização e monitoramento das políticas municipais de
- comunicação, garantindo ampla participação de representantes da sociedade civil.
- Definição de mecanismos democráticos e transparentes de distribuição de publicidade oficial, tornando pública a execução orçamentária e incentivando a pluralidade e diversidade da mídia local através de recursos voltados para pequenos e médios veículos;
- Criação de fundo municipal para apoio à estruturação e funcionamento de meios de comunicação popular e comunitária e ao desenvolvimento de softwares livres e projetos de midialivismo, através do diálogo com comunidades e grupos que já desenvolvem iniciativas desses tipos;
- Realização periódica da Conferência Municipal de Comunicação, espaço deliberativo para aprovação de diretrizes para políticas municipais de comunicação e para a atuação do Conselho Municipal de Comunicação.

Assistência Social

A Assistência Social é uma política pública que compõe o conjunto da seguridade social, com garantias asseguradas na Constituição Federal, e se realiza através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mantendo articulação com os demais sistemas de proteção social afiançados nas políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação, habitação, trabalho e emprego e segurança alimentar e nutricional.

Curitiba até agora não regulamentou a organização da Assistência Social no município, tal qual prevê o pacto de aprimoramento do SUAS aprovado por meio da resolução nº 18 do Conselho Nacional de Assistência Social, em julho de 2013. É primordial que a assistência social no município esteja assegurada em lei a fim de se alcançar a concretude deste direito fundamental. Comprometer-se com a criação do marco regulatório municipal é um dos princípios basilares para fazer a universalização da rede socioassistencial e a expansão qualificada na oferta de serviços, programas e projetos desenvolvidos como política pública de estado. O que tem que ser feito?

- Elaborar a lei municipal de Assistência Social e suas diretrizes;
- Criar a Secretaria Municipal Assistência Social, com estrutura e dotação orçamentárias;
- Extinguir o primeiro-damismo na gestão da assistência social, valorizando a competência técnica e profissional.

Segurança Pública

A principal diretriz que orienta este plano na perspectiva de contribuir para tornar o município um lugar seguro diz respeito a reconduzir o desenho urbano para assegurar estratégias de prevenção à criminalidade. Isto significa assumir claramente o compromisso de promover o desenvolvimento urbano sustentado na segurança pública e na vigilância socioassistencial.

Uma cidade segura requer ações de revitalização de áreas degradadas e o combate ao abandono de imóveis que muitas vezes servem de ambiente para práticas criminosas. Da mesma forma, os cuidados permanentes para ampliar a iluminação pública, o controle do paisagismo e eliminação de matagais em terrenos baldios são elementos que ampliam a segurança nos territórios da cidade.

O planejamento voltado ao desenvolvimento urbano sustentado na segurança também exige o incentivo a participação cidadã e ao relacionamento comunitário com vistas a estímulo a práticas solidárias e efetiva gestão democrática em todos os espaços de oferta dos serviços públicos municipais. Isto pressupõe educação permanente aos servidores e gestores para aperfeiçoar práticas de vivência comunitária e impulsionar a mudança cultural para a participação cidadã e a responsabilidade comunitária. O que tem que ser feito?

- Recuperar áreas degradadas;
- Melhoria da iluminação pública;
- Estimular a convivência comunitária;
- Adotar ações preventivas mediante políticas sociais e de policiamento comunitário;
- Atuação conjunta das secretarias de urbanismo, planejamento, saúde (particularmente a vigilância sanitária), defesa civil, ambiente e defesa social, articuladas com as ações de vigilância socioassistencial previstas na política pública de assistência social.

Segurança Alimentar e Nutricional

A segurança alimentar da população curitibana é uma meta ainda a ser alcançada. Ainda que o Brasil tenha saído recentemente do famigerado Mapa da Fome da ONU graças a programas como o Fome Zero e o Bolsa Família, nem todos os que vivem em Curitiba têm acesso físico e econômico permanente a uma alimentação suficiente, segura, nutritiva e capaz de atender plenamente às necessidades nutricionais e preferências alimentares de cada cidadão, proporcionando assim uma vida ativa e saudável. O que tem que ser feito?

- Ampliar o número de sacolões públicos na cidade;
- Dar preferência a produtos orgânicos produzidos em sistema de cooperativa nas compras feitas pela administração para os mercados populares e as escolas municipais;
- Instituir programas de educação alimentar.

Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Economia Solidária

O povo curitibano é reconhecido tanto pela natureza empreendedora quanto pelo trabalho em cooperação. Momentos como o atual, no qual a mais recente crise cíclica do capitalismo levou ao fechamento de milhões de postos de trabalho no Brasil e no mundo, abrem novas perspectivas no que diz respeito à organização do trabalho, da produção, da distribuição, do consumo, da poupança e do crédito. É preciso organizar a produção, o consumo e a distribuição da riqueza de modo a valorizar o ser humano, e não apenas o capital.

São necessárias políticas públicas que incentivem a autogestão, seja por intermédio de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogeridas ou redes de cooperação, tendo como meta o comércio justo e o consumo solidário e sustentável.

A prefeitura dispõe de instrumentos hábeis para fazer sua parte na geração de trabalho e de renda na cidade, principalmente no que concerne a programas de estímulo. O que tem que ser feito?

- Fomentar a formação de cooperativas e de redes de micro e pequenas empresas;
- Estimular a economia local por meio de um estudo dos potenciais da cada região da cidade, orientando a produção e o consumo de produtos dentro de um mesmo bairro ou de uma mesma comunidade;
- Facilitar para que grandes empresas ampliem as compras de produtos e serviços de micro e pequenas empresas estabelecidas nas cidades da região metropolitana, criando um ciclo virtuoso;
- Potencializar políticas de qualificação profissional;
- Criar mecanismos de incentivo para empregabilidade de pessoas com deficiência, pessoas idosas e grupos tradicionalmente mantidos à margem do mercado de trabalho.
- Incentivar a formação de redes de microempreendedores individuais.

Ambiente

Nossa cidade deve ser compreendida como uma metrópole sustentável, que realize justiça social com equilíbrio ambiental e desenvolvimento econômico. Para isso, é preciso adaptá-la às mudanças climáticas e proporcionar serviços e equipamentos públicos com equidade e eficiência para atender os cidadãos de todos os bairros, sem distinção. O que tem que ser feito?

- Redução do lixo, com educação ambiental, reciclagem, logística reversa, compostagem e inclusão social dos catadores;
- Realizar obras de permeabilização, drenagem e contenção de cheias em áreas de risco;
- Melhoria da mobilidade urbana, da qualidade do ar e diminuição do ruído para a melhoria da saúde dos cidadãos e diminuição de emissões de gases do efeito estufa;
- Melhoria da eficiência no uso da água e da energia elétrica em todos os prédios da Prefeitura e equipamentos públicos municipais, com aproveitamento da água da chuva e da luz solar para diminuir o gasto público;
- Compras públicas sustentáveis, para estimular microempresas locais e a substituição de tecnologias poluidoras;
- Aumento da arborização urbana, com estímulo às hortas e pomares urbanos e criação de unidades de conservação e acolhimento de animais abandonados.

Direitos Humanos

Avançar na perspectiva de tornar Curitiba uma cidade inclusiva e equânime requer reafirmar uma concepção de direitos humanos que articule todas as ações do executivo, incidindo na mudança cultural necessária para uma convivência solidária. Partimos da compreensão de que a sociedade é composta de sujeitos singulares que apresentam necessidades diversas, talentos e expressões que precisam ser acolhidos e respeitados no conjunto das políticas sociais pensadas para a cidade e para seu povo. Neste sentido, destacamos dois pressupostos essenciais que orientam esta concepção de direitos humanos.

Para além de assegurar mínimos constitucionais, pressupõe ampliar a visão para as garantias aos direitos econômicos, sociais e culturais. Trata-se da superação da “visão legalista dos direitos”, ampliando essa concepção ao reconhecer as contradições que permeiam as relações humanas na sociabilidade capitalista e os movimentos de resistência e contraposição a este sistema.

Somente se efetiva essa concepção com o entendimento de que nenhuma ação, programa e projeto se concretiza sem a devida articulação intersetorial e transversal das políticas públicas forjadas no diálogo com os movimentos de defesa de direitos humanos, respeitando o acúmulo e suas trajetórias socialmente construídas. O que tem que ser feito?

- Criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos;
- Estabelecer na forma da lei o plano Municipal de Direitos Humanos;
- Transformar a comissão municipal dos direitos humanos no conselho municipal dos direitos humanos;
- Fortalecer os fóruns de defesa dos direitos humanos de modo a incidir na mudança cultural da sociedade com vistas ao reconhecimento da diversidade e a eliminação de todas as formas de preconceito, intolerância, opressão e discriminação.

Servidores Municipais e Qualidade do Serviço Público

O mundo atravessa a pior crise econômica em quase um século, agravada pela especulação dos mercados financeiros e pela necessidade de maximização dos lucros. No entanto, esses agentes tentam atribuir à estrutura do Estado e ao funcionalismo público a responsabilidade pelos gastos e também por uma suposta “ineficiência” do atendimento à população. O que tem que ser feito?

- Implantar programa de combate ao assédio moral no funcionalismo público municipal;
- Propor a lei para combater o assédio moral;
- Ampliação do atendimento dos serviços à população por meio da convocação de candidatos já aprovados em concursos ainda válidos, a fim de preencher as vagas hoje existentes e a realização futura de novos concursos;
- Priorizar o servidor efetivo da prefeitura na gestão, com a redução da ocupação de cargos comissionados;
- Investir na capacitação profissional e na formação continuada do corpo de servidores públicos, com ênfase no atendimento à população;
- Valorizar e aperfeiçoar o plano de carreira baseado na Lei 11000/2004, que regulamenta a atividade do serviço público no município;
- Melhorar as condições de trabalho nos equipamentos, nos locais de trabalho e carreiras da Prefeitura de Curitiba, procurando eliminar os riscos à saúde do trabalhador;
- Desenvolver estudo para a redução de jornada em carreiras específicas.

Cultura & Arte

O fomento à cultura e à arte precisam de um novo salto. Muito se construiu nas últimas duas décadas, mas o modelo precisa ser atualizado. Não basta apenas financiar a arte e a cultura. É necessário fortalecer as instituições culturais da cidade e desenvolver um modelo econômico que permita aos artistas e promotores culturais viverem da própria arte. O Sistema Cultural de Curitiba, por exemplo, foi discutido e aprovado em Conferência Municipal específica em 2014. Até agora, no entanto, a minuta da conferência não foi encaminhada à Câmara dos Vereadores. Estranhamente, um processo conduzido de maneira caótica fez com que apêndices do Sistema Cultural, como os Planos Municipal e Setoriais de Cultura e a proposta de reformulação da Lei de Incentivo à Cultura, foram encaminhados à Câmara sem que o texto referente à criação do Sistema Cultural de Curitiba tenha sido apreciado. O que tem que ser feito?

- Criação do Sistema Municipal de Cultura;
- Destinação efetiva de 1% do orçamento municipal à Cultura;
- Realização imediata de concurso para a Fundação Cultural de Curitiba;
- Fortalecimento da gestão democrática da Fundação Cultural de Curitiba e do Conselho Municipal de Cultura.
- Valorização, recuperação e revitalização de todos os equipamentos de cultura de Curitiba;
- Retomada dos investimentos em fomento através do Fundo Municipal de Cultura;
- Incremento das parcerias com a Agência Nacional do Cinema (Ancine), como forma de ampliação das ações de fomento aos diversos segmentos produtivos do audiovisual da cidade.

Juventude e Proteção à Criança e Adolescente

A juventude brasileira é histórica e sistematicamente subestimada, sendo relegada ao segundo plano pelo poder público. Boas políticas públicas são raras, pontos fora da curva. As estatísticas apontam que os jovens pertencem ao grupo etário mais propenso a mortes violentas no Brasil, especialmente os de baixa renda.

Diante da gravidade deste cenário, não basta apenas reconhecer os jovens como sujeitos de direitos universais e específicos. É preciso que esse reconhecimento se dê por meio de ações práticas e perenes. O que tem que ser feito?

- Expandir a oferta de atividades públicas e gratuitas de esporte, lazer e cultura nas regionais;
- Garantir a diminuição contínua do percentual de evasão escolar até sua efetiva eliminação;
- Promover cursos técnicos de qualificação profissional a serem aplicados nas escolas municipais;
- Promover políticas destinadas ao incentivo da inclusão de jovens no mercado de trabalho;
- Realização de conferências livres sobre juventude e cultura nas regionais;
- Coordenar a busca por soluções conjuntas com a sociedade civil para o combate às violações aos direitos da criança e do adolescente.

Esporte e Lazer

As atividades de lazer esportivo, mais do que preencher o tempo ocioso, desempenham papel importante na vida das pessoas: são fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade e das relações interpessoais. Cabe ao poder público potencializar estas atividades e ao mesmo tempo otimizar a relação existente entre a educação, a saúde, o esporte e o lazer como elementos básicos para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo. O que tem que ser feito?

- Descentralização de atividades e eventos de esporte e lazer;
- Ampliação da oferta de equipamentos públicos de ginástica, de acordo com as demandas de cada comunidade;
- Incentivar a ação conjunta da comunidade com órgãos públicos e privados para a manutenção e recuperação das instalações e equipamentos de lazer existentes;
- Integração de projetos com as áreas de ação social e educação, prioridade para comunidades carentes e crianças e adolescentes em idade escolar.

Mulheres

Os índices de feminicídio em Curitiba são alarmantes. Segundo o mais recente levantamento disponível, de 2012, Curitiba é a quarta capital onde mais ocorrem assassinatos de mulheres. Ao mesmo tempo, mais de mil casos de estupro foram registrados em Curitiba somente entre 2014 e 2015. O combate intransigente ao machismo, à cultura de estupro e a toda e qualquer forma de violência e

discriminação contra a mulher é fundamental para que Curitiba seja capaz de superar este trágico cenário. O que tem que ser feito?

- Promover campanhas educativas permanentes de combate a toda e qualquer forma de violência contra a mulher;
- Assegurar a paridade no preenchimento de cargos em comissão na administração pública municipal;
- Criar unidades móveis de atendimento a mulheres e crianças em situação ou risco de violência, dotadas de profissionais especializados em assistência psicossocial;
- Ampliar a rede de atenção às mulheres e crianças em situação de violência;
- Criar clínicas municipais especializadas no atendimento à saúde da mulher na rede pública;
- Incluir na estrutura permanente da prefeitura a Secretaria da Mulher;
- Garantir a transversalidade do tema em toda a administração pública, sem restringir a questão às políticas implementadas pela Secretaria da Mulher.

Valorização e Reconhecimento Social da Pessoa Idosa

Na nossa cidade, a população com idade superior a 60 anos passa de 200 mil. Nosso compromisso é promover políticas públicas que garantam qualidade de vida a esta parcela crescente da população. O que tem que ser feito?

- Atender à demanda da população idosa por casas-lares;
- Adequar o sistema público de saúde para melhor atender os idosos;
- Promover cursos para pessoas idosas, abrangendo também a inclusão digital;
- Descentralização das academias ao ar livre e atividades recreativas e de lazer destinadas à pessoa idosa, como bailes, bingos e outras atividades afins.

Acessibilidade

Em torno de 20% da população brasileira tem algum tipo de dificuldade de locomoção transitória ou permanente. Apesar disso, os sistemas de transporte público não estão preparados para atender adequadamente a este importante segmento social. O que tem que ser feito?

- Expandir para além das regiões centrais as guias rebaixadas;
- Aumentar o número de rotas para portadores de deficiência visual;

- Adequar as calçadas da cidade a fim de eliminar os desníveis do solo, causadores de acidentes e dificuldades a pessoas com dificuldade de locomoção;
- Assegurar o devido funcionamento das rampas e elevadores de acesso a pessoas com dificuldade de locomoção nas instalações públicas da prefeitura e estações tubo.

Turismo

O potencial turístico de Curitiba não é devidamente explorado. É necessário transformar nossa cidade em opção de destino turístico. É preciso ter em conta que o turismo, além de possuir grande potencial econômico, gerando emprego e renda, é um passo importante para fortalecer a identidade cultural de Curitiba e promover a preservação dos patrimônios histórico, cultural e arquitetônico da cidade. O que tem que ser feito?

- Integrar o turismo na capital com roteiros de aventura, ecoturismo, turismo rural, histórico e étnico da Região Metropolitana de Curitiba, da Serra do Mar, do Litoral e dos Campos Gerais, entre outras regiões do estado;
- Incentivar o estabelecimento da cidade como sede de eventos nacionais e internacionais.

Tecnologia da Informação

Curitiba precisa dar um salto para o futuro, investindo em formas dissidentes e criativas de desenvolvimento tecnológico na sociedade da informação. Isto demanda o compromisso de promover um debate com a sociedade sobre proteção de dados pessoais e o direito à privacidade, fomento ao desenvolvimento de tecnologias em software livre pela Prefeitura.

Para isso, defendemos um maior protagonismo e posicionamento da Secretaria de Informação e Tecnologia da Prefeitura, que efetivamente promova a inovação aberta e livre que enfrente o domínio e as amarras do Instituto das Cidades Inteligentes (ICI) por meio de uma articulação entre as diversas áreas da administração pública, que estimule e consolide nosso potencial de desenvolvimento de inovação cidadã. O que tem que ser feito?

- Implementar um observatório digital da administração municipal;
- Implantar banda larga e Wi-Fi de qualidade na totalidade das escolas municipais, parques, praças e terminais de transporte público do município;
- Reformular a Secretaria de Informação e Tecnologia da Prefeitura;

- Substituir os serviços e tecnologias prestados pelo ICI para tecnologias abertas;
- Desenvolver sistemas distribuídos de identidade facilitando a oferta de serviços públicos e conferindo autonomia para os cidadãos decidirem onde e quais dados serão armazenados pelos sistemas;
- Realizar compras públicas que fomentem o desenvolvimento local de softwares livres, incluindo instrumentos para remuneração de comunidades de desenvolvimento;
- Políticas públicas para fomento de laboratórios públicos e privados de desenvolvimento de software e hardware livres;
- Fortalecimento das políticas de incentivo à criação de pequenos provedores e provedores comunitários;
- Fomentar plataformas públicas de serviços digitais que façam uso de criptografia para proteger os dados dos usuários.